

**IDENTIDADE, LINGUAGEM E MEMÓRIA QUILOMBOLA:
A HISTÓRIA ORAL NA SALA DE AULA**

Ana Carolina de Sousa Vaz (UENF)
carolinasousavaz@hotmail.com

Vanessa de Castro Bersót Pereira (UENF)
vanessabersot@hotmail.com

Bianka Pires André (Univ. Barcelona)
biankapires@gmail.com

RESUMO

Sabe-se que as Comunidades Remanescentes de Quilombos são concretizações de importantes conquistas da comunidade negra no Brasil. Essas comunidades vêm produzindo, ao longo da história, importantes vivências e memórias que precisam ser preservadas e recontadas. Destacamos o caso das crianças e jovens que vivem nessas comunidades e que só conhecem essa história por meio de escritos e relatos que foram feitos por outras pessoas, tendo em vista que não vivenciaram os momentos de lutas e de sofrimento que originaram essas atuais comunidades. Nesse sentido, o presente artigo propõe uma breve reflexão, através de pesquisa bibliográfica, sobre a importância do uso da história oral na sala de aula. Neste trabalho, a história oral pode ser entendida como um método que registra memórias narradas, através de entrevistas.

Palavras-chave: Identidade quilombola. Memória. Diálogo. Linguagem. Sala de aula.

1. Introdução

As comunidades remanescentes de quilombos são concretizações de importantes conquistas da comunidade negra no Brasil. Essas comunidades vêm produzindo, ao longo da história, importantes vivências e memórias que precisam ser preservadas e recontadas. No caso das crianças e jovens, por exemplo, eles conhecem essa história através de escritos e relatos que foram feitos por outras pessoas, tendo em vista que não vivenciaram os momentos de lutas e de sofrimento que originaram as atuais comunidades quilombolas.

A partir dessa constatação, iniciamos neste trabalho uma discussão acerca da importância da valorização da história oral na sala de aula. Considerando que a escola deve ser um espaço democrático de troca, onde os alunos e professores se relacionam, se conhecem, se entrosam, ensinam e aprendem, sendo este um espaço privilegiado de cruzamentos de culturas, onde tudo o que é dito, ouvido e sentido na sala de aula contribui para hibridização e para construção social de cada sujeito, deve-se,

portanto, estabelecer como um espaço onde a história oral deve estar presente a todo momento, sendo incentivada e apreciada.

Para tanto, entendemos a história oral como uma importante metodologia que busca registrar e compartilhar as vivências, lembranças, impressões etc., sendo muitas das vezes, contadas e recontadas informalmente, mas sempre com uma organização durante a entrevista.

Nesse sentido, a partir desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo discutir, através de pesquisa bibliográfica, a utilização da história oral na sala de aula como uma possibilidade de fazer com que os alunos se percebam parte da construção da sua própria história e da comunidade na qual estão inseridos. É evidente que cada aluno traz para a sala de aula marcantes histórias que são contadas pelos seus amigos e familiares e nesse trabalho destacamos a importância da valorização das mesmas na sala de aula.

2. Identidade quilombola

Diante do fenômeno da globalização as identidades passaram a sofrer modificações, principalmente no que diz respeito às suas ressignificações. Observamos marcas de uma identidade que está a todo o momento sendo construída e reconstruída. Para tanto, Hall (2011, p. 7) argumenta que “[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL, 2011, p. 7). Assim, para Hall (2003) o sujeito pós-moderno é visto como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente:

A identidade torna-se uma "celebração móvel": formada e transformada cotidianamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor do "eu" coerente. (HALL, 2003, p. 12)

Nesse sentido, Hall (2011) pontua que só se tende a perceber as situações com um maior grau de importância quando elas se comportam de maneira estranha, fracassando, desestabilizando, desvanecendo etc. Ou seja, neste caso, a identidade se torna o foco de grandes discussões quando está diante de uma crise.

Para o autor, a sociedade está vivendo uma “crise de identidade” que está “deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2011, p. 7). Verifica-se assim que, “um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX” (HALL, 2011):

Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. (HALL, 2011, p. 9)

Percebemos que as diversas e constantes alterações no contexto social moderno motivam a descentração do sujeito, notadamente nas relações com ele próprio e na sociedade. A crise identitária ora instalada pode ser entendida como a consequência da perda dessa coesão da identidade moderna.

Porém, vale ressaltar, que a "crise", neste contexto, nem sempre deve ser considerada de forma negativa, pois pode ser propulsora de novas descobertas e possibilidades para troca de experiências, diferentemente de situações anteriores, surgidas destes novos sujeitos descentrados. Portanto, para uma antiga identidade estável, a modernidade produz inúmeras vertentes, nem sempre heterogêneas. Estas identidades incoerentes moldam os conflitos internos do sujeito, o que se percebe no seu comportamento social. Nesse sentido, sua identidade reflete as inúmeras e rápidas mudanças sociais, que por vezes, podem estar causando esta chamada “crise de identidade”.

No caso das comunidades remanescentes de quilombos, por exemplo, que vem enfrentando, muitas das vezes, obstáculos na garantia de seus direitos aos seus territórios, lutando para que sua cultura e especificidades sejam reconhecidas e valorizadas, observa-se uma tensão na construção dessas identidades. Esses conflitos fazem com que as crianças e jovens, principalmente, encontrem dificuldades em reconhecer seus espaços e o valor de suas vivências. Ressaltamos que, no presente trabalho, nos referimos ao termo quilombo a partir da teoria de O’Dwyer (1995):

O termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais

ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. A identidade desses grupos também não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo. Neste sentido, constitui grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como tipo organizacional que confere pertencimento através e normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão. (O'DWYER, 1995, p. 20)

Nesse sentido, Castells (1996) cita a identidade como “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significados”. (CASTELLS, 1996) E, significado, como “a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator” (CASTELLS, 1996).

Verificamos, na perspectiva de Castells (1996), que as identidades se ligam às atividades, à história de vida, ao futuro, aos sonhos e fantasias de cada sujeito. Para o autor, as identidades permitem, de um lado, sua percepção como sujeito único, tomando posse de sua realidade individual e, portanto, da consciência de si mesmo. De outro, permitem a diferenciação entre o eu e o outro, termo de comparação que possibilita o destaque das características identitárias de cada um. Ou seja, para o autor, a identidade refere-se a um conjunto de atributos culturais, os quais se constituem fontes de significados para os próprios atores.

Assim, podemos perceber a construção da identidade através das interações com os diferentes sujeitos e espaços sociais, nos quais buscamos, a todo tempo, construir significados para si mesmos. Moita Lopes (2002, p. 32) pontua que “é na presença do outro com o qual nos engajamos no discurso” que, em última análise, “conforme o que dizemos, o que fazemos e como nos vemos à luz do que o outro significa para nós”. “O que somos, nossas identidades sociais, portanto, são construídas por meio de nossas práticas discursivas com o outro”. (MOITA LOPES, 2002, p. 32)

3. *Construindo identidades no espaço escolar*

Sabe-se que as discussões acerca da memória, da linguagem e da identidade estão inerentes a todo processo educativo, de modo que não existe a possibilidade de se pensar em uma educação que não esteja intimamente ligada a cultura da sociedade na qual está inserida e no momen-

to histórico em que se situa. Deste modo, a reflexão e a discussão da construção das identidades dos alunos no espaço escolar é extremamente importante ao se pensar no desenvolvimento do pensamento pedagógico de uma escola.

Deste modo, Pérez-Gomez (1998) propõe que entendamos a escola como um espaço de “cruzamento de culturas que provocam tensões, aberturas, restrições e contrastes na construção de significados” (PÉREZ-GOMES, 1998, p. 12). Essa perspectiva sugere que os profissionais da educação, sejam capazes de perceber as diferentes culturas que se desenvolvem no espaço escolar e que direcionem um novo olhar e uma nova postura sobre elas.

Para o autor, a cultura é como um tecido de significados, expectativas e comportamentos, discrepantes ou convergentes, que um grupo humano compartilha. Diante disso, a cultura representa bem mais do que simples conceitos, valores e crenças impostas, ela transcende a mera reprodução e implica a inserção na sociedade de modo a interpretá-la de diferentes formas, transformá-la e criar novas construções sociais. (PÉREZ-GOMEZ, 2001)

Conforme o mesmo autor:

O responsável definitivo da natureza, sentido e consistência do que os alunos e alunas aprendem na sua vida escolar é este vivo, fluido e complexo cruzamento de culturas que se produz na escola entre as propostas da *cultura crítica*, que se situa nas disciplinas científicas, artística e filosóficas; as determinações da *cultura acadêmica*, que se refletem no currículo; as influências da *cultura social*, constituídas pelos valores hegemônicos do cenário social; as pressões cotidianas da *cultura institucional*, presente nos papéis, normas, rotinas e ritos próprios da escola como instituição social específica, e as características da *cultura experimental*, adquirida por cada aluno através da experiência dos intercâmbios espontâneos com seu entorno. (PÉREZ-GÓMEZ, 1998, p. 17)

Nesse sentido, com o objetivo de formar cidadãos capazes de intervirem na vida pública, além de trabalhar com o cruzamento dessas culturas, a escola deve procurar desenvolver os conhecimentos, os comportamentos e as ideias que auxiliem a inclusão do jovem na vida política, social e cultural do ambiente em que está inserido, considerando que essas esferas requerem “participação ativa e responsável de todos os cidadãos considerados por direito como iguais”. (PÉREZ-GÓMEZ, 1998, p. 20)

Nesse sentido, destacamos a escola como um espaço privilegiado

para que as histórias orais sejam ouvidas e valorizadas, como pontua Santhiago (2015) a história oral “permite, através da fala e da escuta, do registro de histórias narradas, entrar em contato com a memória do passado e a cultura do presente. Por meio dos relatos de quem testemunhou e viveu experiências que merecem ser contadas, a história oral reforça laços entre pessoas, gerações, comunidades e tempos”. (SANTHIAGO, 2015, p. 7)

Ainda de acordo com o autor:

Seja por seu papel valioso como fonte e como processo de construção de conhecimento, seja pela riqueza inerente à experiência de ouvir de registrar histórias, a prática da história oral pode ser transposta para o ambiente educacional de maneira promissora e instigante. Sob variadas formas, ela pode ser utilizada em sala de aula como instrumento pedagógico interdisciplinar, que permite a estudantes (e a professores também) aprenderem com relatos oferecidos em primeira mão, com testemunhos originais que reforçam os sentimentos de pertencimento, integração e responsabilidade histórica. (SANTHIAGO, 2015, p. 7)

Contraditoriamente, percebemos uma sociedade que tem procurado induzir nossos jovens à submissão, à disciplina, à exclusão e à concordância das diferenças sociais, ignorando, muitas das vezes, a história de vida de cada aluno. Assim, frente a uma função tão difícil e conflitante que a escola apresenta, Pérez-Gómez (1998) pontua:

[...] uma ideologia tão flexiva, frouxa e eclética [...] cujos valores são o individualismo, a competitividade, a falta de solidariedade, a igualdade formal de oportunidades e a desigualdade “natural” de resultados em função de capacidades e esforços individuais. Assume-se a ideia de que a escola é igual para todos e de que, portanto, cada um chega onde suas capacidades e seu trabalho pessoal lhes permitem. (PÉREZ-GÓMEZ, 1998, p. 16)

Para o autor, a escola, não pode anular as desigualdades, como se elas não existissem. Ele acredita que a escola deve apresentar o conhecimento e orientar os alunos a utilizá-lo de maneira crítica, de acordo com seus interesses e possibilidades:

[...] para provocar a organização racional da informação fragmentaria recebida e a reconstrução das preconcepções acríticas formadas pela pressão reprodutora do contexto social. [...] É preciso transformar a vida da aula e da escola, de modo que se possam vivenciar práticas sociais e intercâmbios acadêmicos que induzam à solidariedade, à colaboração, à experimentação compartilhada, assim como a outro tipo de relações com o conhecimento e a cultura que estimulem a busca, a comparação, a crítica, a iniciação e a criação. (PÉREZ-GÓMEZ, 1998, p. 26)

Nesse sentido, Saviani (2002) pontua que as funções das institui-

ções educacionais seriam as de “ordenar e sistematizar as relações homem-meio para criar as condições ótimas de desenvolvimento das novas gerações [...]. Portanto, o sentido da educação, a sua finalidade, é o próprio homem, quer dizer, a sua promoção”. (SAVIANI, 2002, p. 51)

Deste modo, para Saviani (2002) promover o homem significa “torná-lo cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação a fim de poder intervir nela transformando-a no sentido da ampliação da liberdade, comunicação e colaboração entre os homens”. Para tanto, o autor pontua que é necessário organizar para a educação sistematizada objetivos claros e precisos, quais sejam: educar para a sobrevivência, para a liberdade, para a comunicação e para a transformação. (SAVIANI, 2002, p. 52)

Nesse sentido, destacamos que por meio das experiências vivenciadas no ambiente escolar, o jovem pode desenvolver maiores laços afetivos com a comunidade e com os integrantes da escola. Ao participar dessas vivências e estabelecer relações pessoais, ele se sente pertencente ao ambiente, passando também a compartilhar memórias, percepções e perspectivas com outros integrantes da comunidade escolar.

4. Linguagem e memória quilombola: a história oral na sala de aula

Desde os primórdios o homem utiliza a linguagem para se comunicar, seja ela escrita, falada ou por gestos. A linguagem aqui pode ser entendida como mais do que um instrumento de comunicação, e sim como uma expressão do pensamento, como interação humana, que é construída socialmente. Desse modo, a linguagem não é entendida simplesmente como um código linguístico, que permite a transmissão de informações, mas como uma forma de exteriorizar o pensamento. Ao utilizarmos a linguagem, estamos interagindo, agindo sobre o outro, influenciando e sendo influenciados.

Ao ser percebida dessa maneira, a linguagem torna-se um processo no qual os sujeitos envolvidos negociam sentidos e buscam criar significados que lhes foram partilhados. Não no sentido de “passar” informações, mas de compartilhá-las e construir uma memória.

Na perspectiva de Santhiago (2015), “a memória é um conceito valioso para quem trabalha com história oral. Ela é a base para a narração; permite a construção de um *eu* através da linguagem – e é nesse sentido que ela mais nos interessa”. (SANTHIAGO, 2015, p. 37-38)

Ainda de acordo com o autor:

A memória é a estrutura central do trabalho com história oral: nada teríamos a fazer sem as lembranças de nossos narradores. Mas em torno dela se articulam outras engrenagens de um mecanismo complexo, que entra em cena sempre que fazemos ou interpretamos uma entrevista. Esses elementos também são conceitos importantes para nosso trabalho: subjetividade, diálogo e linguagem. (SANTHIAGO, 2015, p. 46)

Em relação ao diálogo, Santhiago (2015) pontua que na história oral ele é distinto, organizado; tem uma série de necessidades, de procedimentos, de regra:

[...] Tem também seus princípios: é um diálogo de igualdade e diferença, para o qual cada interlocutor leva toda a sua formação, sua experiência, seu repertório, seus conceitos e preconceitos. Isso permite que haja um diálogo de aprendizado para ambas as partes, no qual duas visões se encontram e se misturam, nenhuma delas tendo privilégio sobre a outra. (SANTHIAGO, 2015, p. 46)

Já a linguagem, para Santhiago (2015), seria o “instrumento para a comunicação entre narrador e pesquisador; é a matéria que permite a expressão da subjetividade e a comunicação da memória”. (SANTHIAGO, 2015, p. 47)

É nesse sentido que discutimos nesse trabalho a relação entre a identidade, a linguagem e a memória. Sendo vistas aqui, como aliadas no processo de construção do pertencimento de alunos que vivem em comunidades remanescentes de quilombos. Essa memória vem sendo construída, muitas das vezes, através de histórias orais contadas e recontadas pelos seus familiares e por si mesmos e que apresentam uma rica contribuição na construção de suas identidades. Para Santhiago (2015):

Ouvindo as histórias dos mais velhos, os alunos percebem mais facilmente que eles próprios tem um passado e que terão um futuro, compreendendo que suas ações têm repercussão no tempo. Os jovens passam a valorizar as experiências dos mais idosos, reconhecendo-as como conselhos úteis. (SANTHIAGO, 2015, p. 14)

Santhiago (2015) destaca ainda que a história oral contribui para que o aluno entenda que a história não é feita somente por grandes homens, com seus grandes feitos, “mas abrange, igualmente, as histórias de todos os outros indivíduos, permeadas por projetos, desejos, expectativas, emoções, sonhos e frustrações”. (SANTHIAGO, 2015, p. 14)

Para o autor, a história oral refere-se a um método de pesquisa

que através da técnica da entrevista, registra memórias de um indivíduo, em

primeira mão. Entrevistas, por sua vez, são fundamentalmente técnicas para coleta de informações. Seus tipos, porém, variam muito, conforme os objetivos de cada trabalho, ou seja, história oral é o resultado desse método, isto é, uma fonte de informações derivada desse trabalho de registro. (SANTHIAGO, 2015, p. 22).

Deste modo, a história oral pode ser entendida como um método que registra memórias narradas, através de entrevista e também como resultado desse método, como fonte de informação.

Assim, percebemos a história oral como um importante método capaz de potencializar a construção da própria história do aluno, que a interpreta e a ressignifica a partir dos conhecimentos que são agregados através de novas histórias.

Nesse sentido, destacamos a utilização da história oral na sala de aula, que na perspectiva de Santhiago (2015), ela vai ao encontro de seu tempo, aproximando o conteúdo escolar e a vida do estudante:

[...] Como instrumento educativo relativamente novo, ela se alinha às muitas demandas e questionamentos de modernas teorias pedagógicas. Oferece um sopro de ar fresco em meio a discussões sobre as melhores formas de ensinar e aprender, sobre os conteúdos ensinados em cada uma das disciplinas escolares, sobre a ênfase colocada no papel do professor ou às potencialidades do aluno, sobre as ferramentas alternativas de ensino a que se pode recorrer, sobre a necessidade de uma aproximação maior entre o conteúdo escolar e a vida do estudante. Ao mesmo tempo, a história oral se vincula a práticas mais amplas de valorização de identidades e de culturas plurais. Apresenta-se como estratégia pedagógica valiosa em um cenário em que movimentos sociais e grupos identitários impactam o ensino, reivindicando sua inclusão como agentes dos sistemas de educação e de sua representação adequada em livros didáticos. (SANTHIAGO, 2015, p. 9-10)

O autor pontua ainda que a história oral pode ser uma massa de ligação entre os aspectos antes fragmentados da vida vivida e ensinada:

Ela tem valor como ferramenta de diálogo entre pessoas, gerações, grupos; como instrumento decisivamente ligado ao respeito à alteridade, à cidadania, à igualdade. A escuta de histórias de vida proporciona ao aluno compartilhar visões, ideias e opiniões; ficar sensível às diferenças entre as pessoas, na medida em que exige o contato com situações de vida e opiniões diferentes. E tudo isso é feito na esfera do concreto. (SANTHIAGO, 2015, p. 11)

No caso dos alunos que estudam em escolas inseridas em comunidades remanescentes de quilombolas, por exemplo, onde a tradição oral é marcante, aproximá-los dessas histórias faz com que se percebam pertencentes àquele ambiente, como autores da história daquela comunidade. É nesse sentido que Santhiago (2015), relata que a história oral diver-

sifica caminhos em direção ao conhecimento:

[...] porque valoriza a autonomia do aluno e proporciona um aprendizado ativo, participativo e colaborativo. Ela permite que o aluno não seja apenas um receptor de dados – e que passe para a condição de sujeito ativo, criativo, do conhecimento. Ao produzir fontes de informação e consolidar conhecimento, o interesse do estudante pelo objeto de aprendizagem tende a aumentar (SANTHIAGO, 2015, p. 10)

Observamos ainda, a utilização da história oral como um recurso de motivação aos alunos, tendo em vista que, segundo Santhiago (2015), a história oral insere alunos, professores, livros e narradores em uma mesma conversa cultural:

Ela é interativa e inerentemente disciplinar, resistindo à compartimentalização do conhecimento e fomentando, mais uma vez, os diálogos entre diferentes campos do saber. As vidas das pessoas (e as entrevistas que as revelam) são refratárias às disciplinas e lançam luz sobre vários aspectos da sociedade, do mundo, da experiência humana. Por isso tudo, a história oral ganha força. Em uma era de transformações profundas e sobre o próprio conhecimento – acompanhadas por novidades pedagógicas de significado discutível -, a história oral é um poderoso recurso de aproximação e construção de teias de diálogo. (SANTHIAGO, 2015, p. 13)

Nesse sentido, para o autor, essas teias permitem que os estudantes:

- Sejam agentes do conhecimento, desenvolvendo a curiosidade e a habilidade investigativa e participando ativamente no processo de construção do conhecimento;
- Tenham um aprendizado mais agradável e participativo, mobilizando habilidades diferentes daquelas normalmente requeridas em sala de aula. Múltiplas inteligências – inclusive a inteligência de saber lidar com outras pessoas e com suas emoções – são despertadas;
- Diversifiquem suas fontes de informação, percebendo que há diferentes formas de compreender e explicar os fatos e a realidade;
- Desenvolvam o pensamento crítico na leitura de suas fontes de informação e atentem para o fato de que elas não falam por si mesmas, mas dependem da intervenção ativa do pesquisador;
- Sensibilizem-se diante de pessoas diferentes, aprendendo a conviver com a diversidade de maneira respeitosa;
- Passem a reconhecer como protagonistas e produtores de história, reforçando sua consciência histórica;
- Entendam, com maior facilidade, conceitos abstratos (tempo, espaço, individual, social, local, nacional, por exemplo) que aparecem concretamente nas histórias de pessoas;

- Exercitem suas habilidades na comunicação oral e escrita, em cada um dos momentos de trabalho. (SANTHIAGO, 2015, p. 13-14)

Podemos perceber que a utilização da história oral na sala de aula pode ser utilizada em todas disciplinas do currículo escolar e de diversas maneiras, visto que através dessa metodologia, é possível discutir questões acerca da identidade, contribuindo no enfrentamento de estigmas até então impostos e vividos na sociedade.

5. *Considerações finais*

Sabe-se que as escolas brasileiras têm enfrentado, desde o início de sua existência, dificuldades em trabalhar com as diferentes culturas presentes no ambiente escolar. Questões relacionadas a etnia, gênero, deficiências, classe econômica, religião etc., vem trazendo a todo instante discussões sobre como a comunidade escolar, com todas suas atribuições, pode contribuir para o respeito à diversidade.

Esse contexto multicultural tem imposto imprescindíveis mudanças na organização do currículo, das metodologias, dos espaços e do planejamento escolar. É urgente a necessidade de direcionar o trabalho pedagógico de modo a buscar extinguir as práticas discriminatórias que vem ocorrendo nos espaços escolares. Porém, o que tem sido possível observar nas escolas, são atividades esporádicas, sem contextualização e sem o devido enfoque, fazendo que o trabalho não tenha uma continuidade e importância.

É nesse sentido que percebemos, através da pesquisa bibliográfica, a história oral, como um método capaz de potencializar a construção da própria história do aluno, que a interpreta e a ressignifica a partir dos conhecimentos que são agregados através de novas histórias.

Neste trabalho buscamos mostrar a importância do uso da história oral na sala de aula de escolas inseridas em comunidades remanescentes de quilombos. Vale destacar, que essa importância se estende para todas as salas de aulas, independente do contexto social e cultural do entorno da escola. Aqui destacamos as comunidades remanescentes de quilombo, tendo em vista que esse artigo será um pontapé inicial para outras pesquisas que serão realizadas por nós nessas comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Trad.: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Trad.: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*, Trad.: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed., 1. reimpr. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- PÉREZ-GOMEZ, Angel I. *A cultura escolar na sociedade neoliberal*. Trad.: Ernani Rosa. Porto Alegre: ARTMED, 2001.
- PÉREZ-GOMEZ, Angel I. As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In: SACRISTÁN, J. Gimeno; PÉREZ-GÓMEZ, A. I. *Compreender e transformar o ensino*. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. *História oral na sala de aula*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- SAVIANI, Demerval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 14. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.